2026

RELATÓRIO MIDTERMS EUA

O Congresso na Política Externa Norte-Americana: Agenda Internacional e os Reflexos das Eleições Legislativas

Produzido por
Anthony Inforçatti Oaks
João Paulo Santos de Paiva
Estevam
Kaue Alexandrino Gelascov
Nívea Alves Freitas

Orientado por
Roberto Rodolfo Georg Uebel

Núcleo de Estudos e Negócios Americanos

SUMÁRIO

1 O CONGRESSO COMO ATOR DE POLÍTICA EXTERNA

2 O TABULEIRO INTERNACIONAL EM 2026

3 AS MIDTERMS E A AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA DE TRUMP

4 REFLEXOS PARA O BRASIL E A AMÉRICA LATINA

5 O QUE AS MIDTERMS DE 2026 PODEM SIGNIFICAR PARA O BRASIL?

6 CONCLUSÃO

7 REFERÊNCIAS

O que é o NENAM?

O Núcleo de Estudos e Negócios Americanos (NENAM) tem como propósito aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas políticas, econômicas e de negócios nas Américas e Caribe, promovendo um espaço de debate e análise estratégica para estudantes, acadêmicos e profissionais interessados na região. Por meio da organização de seminários, palestras e produção de relatórios estratégicos, o NENAM busca fomentar a compreensão dos desafios e oportunidades do ambiente de negócios e da competitividade em países-chave como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Estados Unidos e Canadá.

Além disso, realiza o acompanhamento da conjuntura política, econômica e social da região, contribuindo para a formação de diplomatas corporativos e especialistas aptos a atuar em um cenário global dinâmico e interconectado.

O NENAM visa gerar impacto acadêmico e profissional por meio da formação de lideranças com visão estratégica sobre a América Latina, Caribe e América do Norte, promovendo análises aprofundadas das dinâmicas políticas, econômicas e de negócios na região. Espera-se que o NENAM contribua para a construção de pontes entre o meio acadêmico e o setor empresarial, fornecendo contribuições relevantes para a tomada de decisão em organizações públicas e privadas. Ademais, o núcleo fortalece a capacidade analítica e crítica dos participantes, incentivando a produção de conhecimento aplicado sobre competitividade, integração regional e diplomacia corporativa. Por meio de sua atuação, o NENAM busca influenciar positivamente o debate sobre negócios internacionais, capacitando profissionais para compreender e atuar nos desafios contemporâneos das Américas e do Caribe.

Introdução

As eleições de meio de mandato dos Estados Unidos, conhecidas como midterms, ou ainda, eleições legislativas, representam muito mais do que uma disputa legislativa doméstica. A composição do Congresso norte-americano, resultado direto dessas eleições, tem implicações concretas sobre a condução da política externa dos Estados Unidos e, por extensão, sobre a ordem internacional. A cadeia analítica que orienta este relatório pode ser expressa da seguinte forma: as midterms definem a composição do Congresso; a composição do Congresso condiciona os poderes institucionais do Legislativo; esses poderes afetam a política externa norte-americana; e os desdobramentos dessa política têm consequências para o Brasil e para a América Latina.

Por se tratar de um trabalho acadêmico produzido antes da realização das eleições (3 de novembro de 2026), qualquer discussão sobre a futura composição do Congresso é apresentada como análise de cenários institucionais, nunca como resultado confirmado. Dados eleitorais foram consultados em setembro de 2026.

Como as eleições de meio de mandato podem produzir efeitos internacionais



Elaboração própria com base na cadeia analítica apresentada na Introdução do relatório.

O Congresso como Ator de Política Externa

1.1 A divisão constitucional de competências

A Constituição dos Estados Unidos estabelece uma divisão de competências entre o Poder Executivo e o Legislativo em matéria de política externa que, na prática, configura um sistema de poderes compartilhados e, frequentemente, concorrentes. O Artigo I, Seção 8, atribui ao Congresso poderes explícitos de relevância internacional: regular o comércio com nações estrangeiras, declarar guerra, levantar e manter forças armadas, e definir regras para as forças militares. O Artigo II, por sua vez, define que o presidente negociará tratados e nomeará embaixadores, secretários e outros cargos relevantes, sendo que ambas as prerrogativas estão condicionadas à aprovação do Senado (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2017).

Na prática, a maioria dos analistas reconhece que o equilíbrio de poder tende a favorecer o Executivo na condução cotidiana da política externa, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial. Contudo, conforme observa o R Street Institute (2026), a capacidade do Congresso de influenciar, restringir e, em alguns casos, reverter decisões presidenciais em política externa permanece constitucionalmente robusta e politicamente relevante, o que torna a composição do Legislativo um fator de primeira ordem para a análise internacional.

Na prática, a maioria dos analistas reconhece que o **equilíbrio de poder** tende **a favorecer o Executivo** na condução cotidiana da política externa, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial.

Política externa: competências compartilhadas entre Congresso e Presidência

CONGRESSO — Artigo I

- Regular comércio exterior
- Declarar guerra
- Aprovar receitas e gastos
- Legislar sobre sanções
- Senado: tratados e confirmações

PRESIDÊNCIA — Artigo II

- Negociar tratados
- Nomear embaixadores e secretários
- Conduzir diplomacia cotidiana
- Comandar as Forças Armadas
- Usar autoridades delegadas por lei

Fonte: Constituição dos Estados Unidos, Art. I e II; National Archives. Síntese visual elaborada para o relatório.

1.2 Competências da Câmara e do Senado

A distinção entre as duas casas é relevante para a análise de política externa. O Senado possui competências exclusivas de especial peso: a aprovação de tratados internacionais (exigindo dois terços dos senadores presentes), a confirmação de embaixadores, secretários de Estado, secretários de Defesa e outros cargos de alta relevância diplomática e de segurança nacional. O Senado também ratifica os indicados a cargos no Judiciário federal, incluindo a Suprema Corte (U.S. CONSTITUTION, Art. II, Sec. 2).

A Câmara dos Representantes, embora não tenha o mesmo papel formal na ratificação de tratados, exerce influência decisiva através do processo orçamentário: toda legislação de receita deve ter origem na Câmara (Art. I, Sec. 7). Como os recursos destinados à defesa, à ajuda externa e às operações militares no exterior dependem de aprovação legislativa, a Câmara detém um poder de veto indireto mas efetivo sobre grande parte da agenda internacional do Executivo (CFR EDUCATION, 2023).

O Congresso como um todo, Câmara e Senado conjuntamente, possui competências adicionais de alto impacto: a aprovação de legislação de sanções econômicas, o controle sobre a legislação comercial, a autorização para o uso da força militar (War Powers Resolution de 1973), e a fiscalização das atividades do Executivo por meio de audiências e investigações (ARAB CENTER DC, 2021).

1.3 Principais comitês de política externa

Comitês	Funções/ Atividades
Senate Foreign Relations Committee	Supervisiona a política exterior norte-americana, analisa tratados e confirmações de cargos diplomáticos e de segurança nacional. É o comitê que dá a primeira palavra sobre qualquer indicação de embaixador ou secretário de Estado.
House Foreign Affairs Committee	Tem jurisdição sobre legislação relativa à política externa, ajuda externa e supervisão do Departamento de Estado. Presidido desde janeiro de 2025 pelo republicano Brian Mast (Flórida). Tem 28 republicanos e 25 democratas (U.S. HOUSE COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS, 2025).

Senate Armed Services Committee e House Armed Services Committee:	Controlam a legislação sobre forças armadas, orçamento de defesa e autorizações de uso da força. São essenciais para decisões sobre OTAN, presença militar no exterior e assistência militar a países aliados.
Appropriations Committees (Câmara e Senado)	Controlam a alocação efetiva de recursos para todas as atividades do governo, incluindo ajuda externa, operações militares e programas diplomáticos. Uma mudança na maioria que controla esses comitês pode redirecionar ou bloquear financiamentos sem necessidade de legislação específica.
Senate Finance Committee e House Ways and Means Committee:	Jurisdição sobre legislação comercial e tarifária, incluindo acordos de livre-comércio e mecanismos de negociação comercial como o Trade Promotion Authority (TPA).

A linha do tempo sobre a política tarifária de 2026 ilustra o caráter dinâmico e contestado da divisão de poderes em política comercial. Em fevereiro de 2026, a Suprema Corte invalidou o uso pelo presidente Trump da International Emergency Economic Powers Act (IEEPA) para impor tarifas unilaterais, em decisão 6-3 no caso Learning Resources, Inc. v. Trump. O Executivo respondeu com a imposição de uma tarifa global de 15% sob o Artigo 122 da Trade Act. Contudo, em 7 de maio de 2026, o Court of International Trade invalidou também essa medida. A tarifa da Seção 122 expirou de qualquer forma em 24 de julho de 2026 por força de seu prazo estatutário de 150 dias. No mesmo dia 24 de julho, o governo substituiu o instrumento por tarifas de 10 a 12,5% aplicadas via Seção 301 sobre aproximadamente 60 economias, a mesma ação que gerou a tarifa de 25% sobre produtos brasileiros.

Esse encadeamento de decisões judiciais, expirações estatutárias e substituições executivas reafirma que o Congresso detém autoridade constitucional primária sobre o comércio exterior, e que a composição do próximo Congresso determinará se haverá esforço legislativo para consolidar, restringir ou ampliar as delegações de autoridade tarifária ao Executivo (CONGRESS.GOV, 2026; CRS, R48435, 2026).

Linha do tempo tarifária de 2026



Síntese visual baseada no Bloco 1 e no Bloco 4 do relatório; fontes centrais: Congress.gov e CRS (2026).

1.4 Por que a composição do Congresso tem consequências internacionais

Uma mudança na composição partidária do Congresso altera o controle dos comitês, redefine a agenda legislativa, muda os presidentes das comissões que conduzem audiências e investigações, e reconfigura o equilíbrio de poder entre Executivo e Legislativo. Em termos práticos, um Congresso com maioria opositora ao presidente pode: recusar confirmações de embaixadores e secretários; bloquear ou redirecionar recursos de defesa e ajuda externa; impor sanções que o Executivo não buscou; convocar investigações sobre a conduta da política externa; e, em casos extremos, iniciar processos de impeachment que constrangem a ação presidencial internacional.



Em termos práticos, um Congresso com maioria opositora ao presidente pode: recusar confirmações de embaixadores e secretários; bloquear ou redirecionar recursos de defesa e ajuda externa; impor sanções que o Executivo não buscou; convocar investigações sobre a conduta da política externa; e, em casos extremos, iniciar processos de impeachment que constrangem a ação presidencial internacional.

O inverso também é verdadeiro: um Congresso alinhado ao Executivo pode facilitar a aprovação acelerada de nomeações, autorizar gastos militares ampliados, conferir ao presidente maior latitude para negociar acordos comerciais e diplomaticamente liberar o Executivo de fiscalização robusta. A análise dos cenários pós-midterms, portanto, não é meramente doméstica, pois afetará a política externa norte-norte-americana para os próximos 2 anos de mandato de Donald Trump.



Fonte: CNN BRASIL Mapa mostra países com e sem embaixadores dos Estados Unidos · Arte/CNN Brasil

O Tabuleiro Internacional em 2026

O cenário internacional de 2026 é marcado por múltiplas frentes de tensão simultâneas, com implicações diretas para a agenda do Congresso norte-americano e para os possíveis reflexos das midterms. Esta seção analisa as quatro principais frentes: Ucrânia, China, Oriente Médio e América Latina, com atenção também às divergências internas dos partidos.

Tabuleiro internacional em 2026: quatro frentes centrais



Elaboração própria com base no Bloco 2 do relatório e nas fontes ali citadas (Pew, CFR, Atlantic Council, WBO e outras).

2.1 Ucrânia e Rússia

A guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022 com a invasão em larga escala da Rússia, continua sendo um dos principais eixos de política externa norte-americana em 2026. A postura do governo Trump em relação ao conflito é marcada por uma combinação de ceticismo quanto ao nível de apoio norte-norte-americano e por tentativas de mediação que, segundo o Council on Foreign Relations (2026), cruzaram “múltiplas linhas vermelhas” ucranianas e europeias, mas abriram algumas áreas de negociação futura.

60% **dos republicanos e independentes que se inclinam ao partido demonstram confiança em Trump para tomar boas decisões sobre a guerra Rússia-Ucrânia**

Pew Research Center

Os democratas, em contraste, mantêm posição mais coesa de apoio à Ucrânia e às sanções à Rússia, embora discordâncias sobre o nível de engajamento e os instrumentos a utilizar também existam internamente. Assim, o papel do Congresso aqui se torna decisivo ao ser o verdadeiro ator da decisão para a aprovação de pacotes de ajuda militar e financeira à Ucrânia, e a composição do Congresso pós-midterms determinará em grande medida a continuidade, a escala e as condições desse apoio.

2.2 China

A rivalidade estratégica entre EUA e China é o eixo de maior consenso bipartidário na política externa norte-americana contemporânea. Democratas e republicanos convergem na percepção de que a China representa o principal desafio geopolítico de longo prazo para os Estados Unidos, divergindo, contudo, nos instrumentos e na intensidade da resposta. O Atlantic Council (2026) observa que China e Rússia emergiram em 2025 mais confiantes de que podem atingir seus objetivos geopolíticos, com Beijing focada em Taiwan e na afirmação de liderança global.

As principais áreas de disputa EUA-China que passam pelo Congresso incluem: controles de exportação de semicondutores e tecnologia de ponta; tarifas e barreiras comerciais; legislação de segurança no Indo-Pacífico; financiamento da presença militar norte-americana na região; e sanções relacionadas a Taiwan e direitos humanos. Ambos os partidos apoiam controles de exportação tecnológica e medidas de segurança relativas a Taiwan, mas os republicanos tendem a preferir abordagens tarifárias mais agressivas, enquanto democratas enfatizam coalizões multilaterais e padrões de comércio mais regulados.

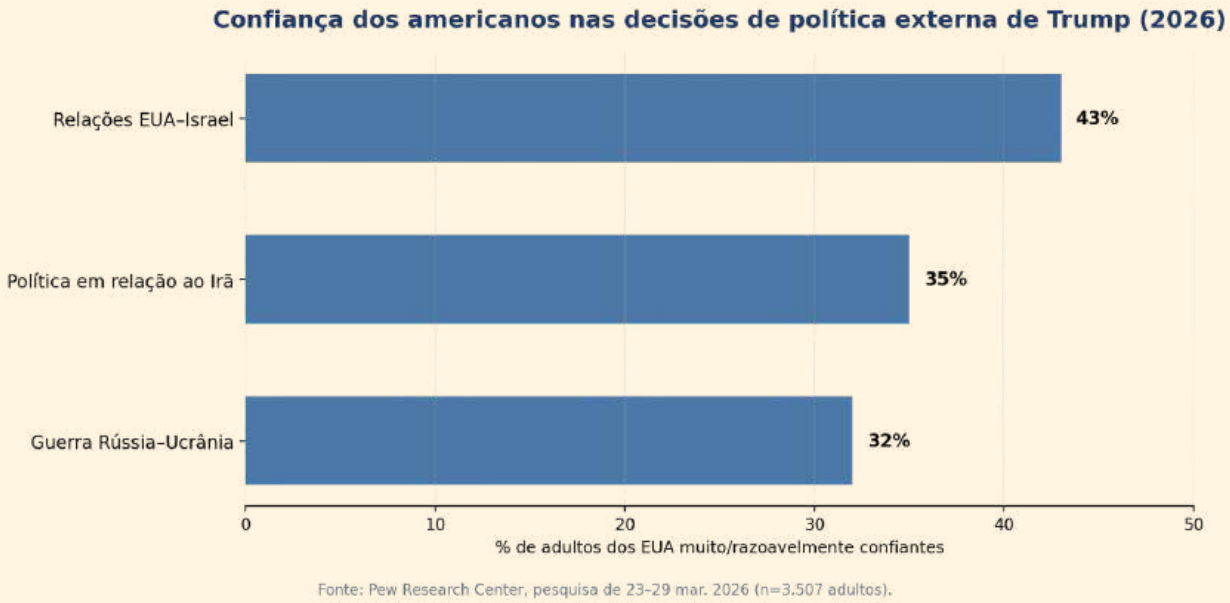
O elemento de maior incerteza é Taiwan. A avaliação de que o presidente Xi Jinping ordenou ao Exército de Libertação Popular que construa capacidade para uma possível invasão de Taiwan até 2027 é uma posição pública da inteligência norte-americana desde pelo menos 2023, quando o então diretor da CIA, William Burns, a formulou publicamente. Essa leitura foi reiterada em 2026 por analistas e reportagens de política externa, entre elas a da revista Time (2026), que a contextualizam no cenário do segundo mandato de Trump. Independentemente de sua origem, a avaliação eleva o peso das decisões legislativas sobre orçamento de defesa e compromissos norte-americanos no Indo-Pacífico, tornando a composição do Congresso pós-midterms um fator de segurança regional com prazo de urgência reconhecido.

2.3 Oriente Médio

O Oriente Médio representa, em 2026, o cenário de maior escalada militar na política externa norte-americana em razão dos ataques coordenados realizados em 28 de fevereiro pelos Estados Unidos e Israel contra instalações nucleares e militares iranianas. A operação resultou na morte do líder supremo Ali Khamenei. Um cessar-fogo foi negociado em abril de 2026, seguido por um memorando de entendimento em junho que entrou em colapso ainda no mesmo mês, e em setembro de 2026, a situação permanece ativa e sem resolução definitiva. O Congressional Budget Office (CBO) estimou o custo fiscal das operações norte-americanas no teatro iraniano em aproximadamente US$ 38 bilhões, elevando o conflito ao patamar das operações militares de maior custo direto desde o Iraque (PEW RESEARCH CENTER, 2026).

Além disso, do ponto de vista institucional, a condução da operação sem autorização formal do Congresso reabriu o debate sobre a War Powers Resolution de 1973 e os limites da autonomia presidencial em ação militar de larga escala. Democratas e parte dos republicanos exigem maior escrutínio legislativo sobre a continuidade das operações, o custo orçamentário e as condições para encerramento. A aprovação de recursos adicionais para o teatro iraniano, a assistência a Israel e eventuais sanções de segunda onda ao Irã são todas decisões que passam pelo Congresso e ependem diretamente de sua composição pós-midterms.

Segundo levantamento Pew (2026), apenas 43% dos norte-americanos expressam confiança em Trump para conduzir as relações EUA-Israel, a maior marca entre os temas de política externa avaliados, mas ainda minoritária no total da população. Entre democratas e independentes que se inclinam ao partido, esse índice cai para 16%. Para o conflito com o Irã, a confiança cai a 32% no total e a 7% entre democratas (PEW RESEARCH CENTER, 2026).



2.4 América Latina

A América Latina ocupa posição de crescente destaque na política externa do governo Trump, com ênfase em imigração, segurança, comércio e a presença chinesa na região. O FIU Jack D. Gordon Institute (2025) apontava que as dinâmicas hemisféricas em 2026 seriam moldadas pela postura norte-americana em relação à Venezuela, pelo engajamento com México e Colômbia em narcotráfico, e pela renovação do USMCA, e as atuações incursões desses pontos da política externa norte-norte-americana demonstra um acerto impressionante. Em paralelo a essas análises, o S&P Global (2026) também observa que os EUA tendem a aprofundar laços em torno de segurança, energia e minerais críticos.
Já a relação com o Brasil merece atenção especial. O Atlantic Council (2025) registrou que tarifas adicionais de 40% sobre produtos brasileiros, impostas em meados de 2025, seriam provavelmente reduzidas ou eliminadas em 2026, após reunião positiva entre Trump e Lula na Malásia em outubro de 2025. Contudo, como documentado pelo Washington Brazil Office (2026), em julho de 2026, a administração Trump impôs tarifas de 25% sobre produtos brasileiros ao abrigo da Seção 301, com investigação adicional que poderia acrescentar 12,5% por alegadas práticas de trabalho forçado, criando uma situação de tensão crescente a 47 dias das eleições presidenciais brasileiras de outubro de 2026.



Além do Brasil, Venezuela, Cuba, Argentina e América Central são focos recorrentes da agenda hemisférica, ao mesmo tempo em que a política migratória norte-americana, com deportações em larga escala e pressão sobre países de trânsito, tem efeitos diretos sobre diplomacia e relações bilaterais em toda a região.

Tema	Governo Trump / Executivo	Republicanos no Congresso	Democratas no Congresso	Divergências internas	Instrumentos do Congresso
Ucrânia / Rússia	Mediação; redução de apoio; pressão por negociação	Divisão: ala trumpista favorável à redução; ala tradicional pró-suporte	Apoio mais coeso à Ucrânia e às sanções à Rússia	Republicanos: trumpistas x establishment. Democratas: nível de engajamento e instrumentos	Aprovação de pacotes de ajuda; sanções; audiências de supervisão
China	Tarifas; controles tecnológicos; postura confrontacional	Convergência em controles de exportação e segurança de Taiwan; divergência em tarifas ou acordos	Apoio a controles de exportação; preferência por multilateralismo; crítica à imprevisibilidade tarifária	Republicanos: pragmáticos de negócios x hawks de segurança. Democratas: protecionismo x livre-comércio	Legislação de controles de exportação; aprovação de gastos de defesa no Indo-Pacífico; sanções
Oriente Médio	Apoio a Israel; pressão máxima ao Irã; ação militar iniciada em fev. 2026	Majoritariamente alinhados ao Executivo, com vozes discordantes sobre escopo militar	Divisão sobre Israel-Gaza; críticos à ação militar no Irã sem autorização congressual	Republicanos: progressistas de segurança x isolacionistas. Democratas: ala progressista x centristas pró-Israel	AUMF (autorização de uso da força); aprovação de ajuda militar; sanções ao Irã
América Latina	Imigração; Venezuela; tarifas; China na região; minerais críticos	Apoio à agenda migratória; divergência sobre tarifas sobre aliados regionais	Críticos às tarifas sobre países aliados; ênfase em multilateralismo hemisférico	Democratas: imigração como direito x segurança de fronteiras. Republicanos: tarifas x relações de negócios	Legislação migratória; aprovação de recursos para segurança regional; sanções à Venezuela e

As Midterms e a Agenda de Política Externa de Trump

3.1 Composição atual do Congresso e o que está em disputa

O que está em disputa nas midterms de 2026







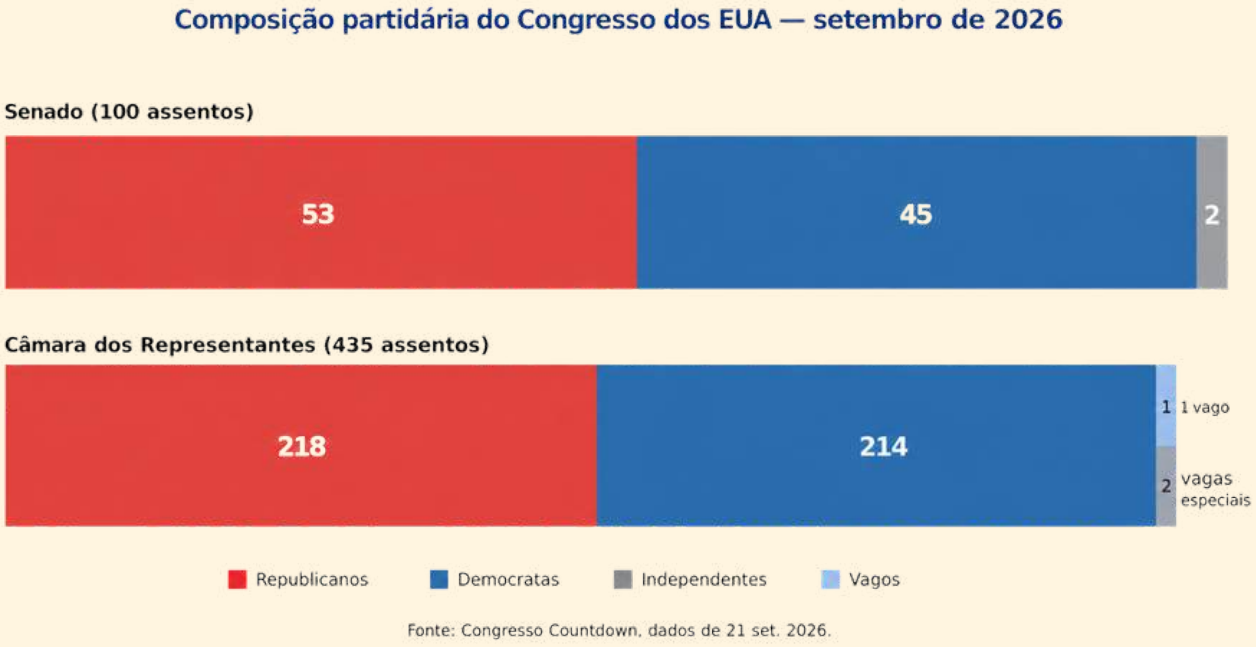
Os dados a seguir são baseados em fontes consultadas em setembro de 2026. Composição atual (setembro de 2026): o Senado conta com 53 republicanos e 47 democratas/independentes que causam com os democratas. A Câmara tem 218 republicanos e 47 democratas/independentes que causam com os democratas. A Câmara tem 218 republicanos e 214 democratas, com dois assentos vagos (CONGRESS COUNTDOWN, 2026; BALLOTPEDIA, 2026). A maioria republicana na Câmara é a mais estreita possível: uma margem de quatro assentos sem vacâncias, que se reduz ainda mais com os assentos vagos.

Em disputa nas eleições de 3 de novembro de 2026 estão todos os 435 assentos da Câmara e 35 assentos do Senado (33 regulares da Classe II + 2 especiais, na Flórida e em Ohio). Dos 35 assentos senatoriais em disputa, 22 são atualmente republicanos e 13 são democratas. Para recuperar o Senado, os democratas precisam de ganho líquido de quatro assentos.

Para recuperar a Câmara, a análise deve considerar a composição atual com precisão: a Câmara tem 218 republicanos, 214 democratas e um independente que causa com a conferência republicana, além de dois assentos vagos.

Adotando a suposição de que os dois assentos vagos retornam aos respectivos partidos que os ocupavam e que o independente continua alinhado aos republicanos, a maioria efetiva republicana situa-se em torno de quatro assentos. Os democratas precisam de ganho líquido de aproximadamente quatro assentos para conquistar a maioria, dependendo do desfecho das vagas e da posição do independente (BALLOTPEDIA, 2026; CONGRESS COUNTDOWN, 2026).

Os estados identificados como battlegrounds no Senado incluem Georgia, Michigan, Maine, Alaska, Iowa, New Hampshire, Ohio e Texas. Democratas defendem assentos em estados que Trump venceu em 2024 (Georgia, Michigan), o que representa vulnerabilidade adicional (BALLOTPEDIA, 2026). Na Câmara, os distritos toss-up incluem Arizona, Colorado, Iowa, Michigan, New York, Ohio, Pennsylvania, Texas, Virginia e Washington, com consenso entre os analistas Inside Elections e Cook Political Report nos distritos de Michigan's 7th, Pennsylvania's 7th e 10th, Texas's 34th e Washington's 3rd (RELATÓRIO 1, NENAM, 2026).



3.2 Análise de cenários

Os cenários abaixo são de natureza institucional e analítica. Cada um descreve possíveis consequências para a política externa em função da composição do Congresso, sem pressupor qual resultado é mais ou menos provável. A estrutura metodológica utilizada é: mudança institucional, instrumento do Congresso, área da política externa afetada e uma possível consequência.

> *Importante enfatizar que nenhuma projeção de resultado é apresentada aqui como conclusão. O objetivo é mapear os possíveis cenários institucionais e suas implicações para a política externa, independentemente de quem vença.*

Cenários das Midterms 2026

01

Cenário A
Republicanos mantêm controle da Câmara e do Senado

Neste cenário, o governo Trump mantém ampla liberdade operacional do ponto de vista legislativo. Os comitês de relações exteriores, forças armadas e orçamento continuam sob controle republicano, o que facilita a aprovação de nomeações, a alocação de recursos para prioridades do Executivo e a aprovação de legislação alinhada à agenda presidencial.

- Tarifas e comércio: iniciativas legislativas destinadas a restringir as autoridades tarifárias delegadas ao presidente enfrentam maior dificuldade política. O Executivo manteria maior margem para utilizar instrumentos já autorizados pelo Congresso, dentro dos limites estabelecidos pela legislação e pelas decisões judiciais.
- China: medidas relacionadas a controles de exportação, semicondutores, segurança tecnológica e gastos de defesa no Indo-Pacífico poderiam avançar com menor resistência partidária, embora divergências dentro do próprio Partido Republicano continuem possíveis.
- Ucrânia: a continuidade e o volume da ajuda permanecem sujeitos às divisões internas republicanas entre setores mais favoráveis à manutenção do apoio e setores que defendem redução ou condicionamento da assistência.
- Oriente Médio: propostas de financiamento de operações militares ou assistência a Israel poderiam enfrentar menor resistência partidária no Congresso, embora debates sobre custo, duração das operações e autoridade presidencial continuassem possíveis.
- Nomeações: um Senado republicano tenderia a proporcionar um ambiente mais favorável à confirmação de embaixadores, secretários e outros cargos ligados à política externa e à segurança nacional.



Cenários

02

Cenário B
Democratas conquistam a Câmara; republicanos mantêm o Senado

Este é o cenário mais frequentemente apontado como eleitoralmente plausível por analistas (FOREIGN POLICY, 2026), dado o histórico de perdas do partido do presidente na Câmara nas midterms e a margem estreita da maioria republicana atual. Neste cenário, o governo Trump passa a enfrentar um ambiente legislativo dividido, com implicações substanciais.

- Orçamento e ajuda externa: o controle democrata da Câmara teria impacto sobre as comissões de apropriações e sobre a elaboração de legislação orçamentária. Pacotes relacionados a ajuda externa ou operações militares poderiam receber novas condicionantes, exigências de prestação de contas ou alterações de prioridades.
- Tarifas e comércio: propostas para ampliar a supervisão legislativa sobre as autoridades tarifárias presidenciais poderiam ganhar maior espaço político na Câmara.
- Investigações e fiscalização: comissões controladas por democratas poderiam ampliar audiências, investigações e solicitações de informação sobre temas como Rússia, Ucrânia, Irã, tarifas e outros aspectos da política externa presidencial.
- Nomeações: como as confirmações de embaixadores, secretários e outros altos cargos dependem do Senado, uma maioria republicana nessa casa continuaria tendo papel decisivo nesse processo.
- China: medidas relacionadas à segurança tecnológica e defesa do Indo-Pacífico poderiam continuar recebendo apoio bipartidário, embora divergências surgissem em relação a tarifas, coordenação com aliados e mecanismos multilaterais.



Cenários

03

Cenário C
Democratas conquistam o Senado; republicanos mantêm a Câmara

Este cenário é matematicamente mais improvável dado o mapa eleitoral de 2026, os democratas precisam de ganho líquido de quatro assentos em um mapa majoritariamente republicano. Não obstante, suas implicações são institucionalmente significativas.

- Nomeações diplomáticas: indicações presidenciais para embaixadores, secretários e outros cargos de alto nível poderiam enfrentar maior escrutínio, atrasos ou rejeições no Senado.
- Comitês: o controle do Senate Foreign Relations Committee e de outros comitês relevantes mudaria de partido, alterando prioridades de audiências, investigações e supervisão.
- Tratados: acordos internacionais submetidos formalmente ao Senado enfrentam um ambiente político diferente, já que tratados exigem aprovação de dois terços dos senadores presentes.
- Orçamento: a Câmara republicana ainda preservaria influência relevante sobre legislação orçamentária, criando a necessidade de negociação entre as duas casas.

Um Senador democrata bloqueia confirmações de embaixadores, secretários e outros cargos de alto nível, criando uma paralisação diplomática em postos-chave. Acordos comerciais e tratados submetidos ao Senado enfrentam escrutínio intenso ou bloqueio. O presidente da Foreign Relations Committee mudaria de partido, alterando a agenda de audiências e supervisão. Ao mesmo tempo, a Câmara republicana manteria o controle orçamentário e de legislação, criando um Congresso com bloqueio mútuo nas duas casas. O resultado seria maior possibilidade de bloqueio institucional cruzado, com diferentes partidos controlando instrumentos distintos da política externa.



Cenários

04

Cenário D
Democratas conquistam Câmara e Senado

Matematicamente possível mas considerado de baixa probabilidade pelos principais analistas eleitorais. Exigiria ganhos líquidos simultâneos na Câmara (aproximadamente quatro assentos, conforme suposições sobre vagas e o assento independente detalhadas em 3.1) e no Senado (quatro assentos), em um mapa senatorial favorável aos republicanos. Caso ocorra, representaria o cenário de maior restrição à autonomia presidencial em política externa.

Neste cenário, todas as alavancas legislativas relevantes, a saber: orçamento, confirmações, investigações, legislação de sanções e comércio, estariam nas mãos da oposição. O Executivo ficaria dependente de poderes presidenciais diretos (executive agreements, ações executivas unilaterais e iniciativas militares de curto prazo) para conduzir a política externa. A experiência histórica indica que presidentes nessa situação buscam acordos executivos em vez de tratados e ampliam o uso de autoridades estatutárias existentes (CFR, 2017).



3.3 O que depende do Congresso e o que é prerrogativa presidencial

É fundamental distinguir as áreas em que uma mudança no Congresso produz efeito imediato das áreas em que o Executivo possui maior autonomia:

Área	Dependência do Congresso	Autonomia presidencial
Tratados internacionais	Alta, requer aprovação de 2/3 do Senado	Baixa, presidente pode usar executive agreements como substitutos parciais
Sanções econômicas	Alta, legislação do Congresso é o principal instrumento	Moderada, presidente pode usar IEEPA e declarações de emergência (com limites judiciais, como visto em 2026)
Tarifas	Alta, Constituição atribui ao Congresso poder sobre comércio exterior	Moderada, delegações legislativas históricas permitem ação presidencial, sujeita a revisão judicial
Ajuda externa	Alta, orçamento de ajuda externa é aprovado pelo Congresso anualmente	Baixa, presidente pode redirecionar fundos existentes em emergências, mas não criar novos recursos
Nomeações diplomáticas	Alta (Senado), confirmação obrigatória para embaixadores e secretários	Baixa, presidente pode fazer recess appointments com limitações
Ação militar de curto prazo	Moderada, War Powers Resolution exige notificação e limita duração sem autorização	Alta, presidente pode iniciar ações militares por até 60 dias sem autorização congressual
Acordos comerciais bilaterais (não-tratados)	Baixa, executive agreements não requerem aprovação do Senado	Alta, presidente negocia e assina diretamente
Organismos multilaterais	Moderada, adesão e financiamento dependem do Congresso	Alta, retirada de acordos executivos pode ocorrer por ato presidencial

Fontes: Constitution, Art. I e II; CFR (2017); Congress.gov (2026); R Street Institute (2026).

3.4 A War Powers Resolution e a questão dos 60 dias

Um ponto particularmente importante é a interpretação da War Powers Resolution de 1973.

Não é tecnicamente preciso afirmar que a lei concede ao presidente uma autorização automática para conduzir uma guerra por 60 dias sem aprovação do Congresso.

A resolução estabelece que, quando forças norte-americanas são introduzidas em hostilidades ou em determinadas situações previstas na lei, o presidente deve comunicar o Congresso. Em situações abrangidas pela seção 5(b), o uso das forças deve ser encerrado após 60 dias, salvo se o Congresso declarar guerra, aprovar autorização específica, ampliar o prazo por lei ou estiver impossibilitado de se reunir em razão de um ataque. Em certas circunstâncias relacionadas à retirada segura das forças, o período pode ser estendido por até 30 dias e (GREENE, 2023) e (WEED, 2025)
O próprio Congressional Research Service observa que interpretar esse prazo como uma autorização presidencial irrestrita para iniciar hostilidades durante 60 dias pode ser incompatível com outras disposições da própria War Powers Resolution, que explicitamente afirmam que a lei não cria autoridade presidencial adicional para iniciar hostilidades (U.S. CONGRESS, s.d.) e (WEED, 2025)

3.5 Síntese analítica: por que o resultado das midterms importa para a política externa

A análise dos quatro cenários demonstra que o efeito das midterms sobre a política externa norte-americana não decorre simplesmente de qual partido “vence” a eleição, mas de quais instrumentos institucionais passam a ser controlados por cada partido.
Uma mudança na Câmara afeta principalmente a agenda legislativa, o orçamento, a fiscalização e o funcionamento de seus comitês. Uma mudança no Senado possui implicações adicionais sobre confirmações de autoridades diplomáticas, tratados e composição dos principais comitês de política externa.
Consequentemente, duas eleições com números semelhantes de assentos conquistados podem produzir efeitos internacionais diferentes dependendo de qual casa muda de controle.
Essa relação explica por que as eleições legislativas de 2026 possuem consequências potenciais para temas que ultrapassam a política doméstica norte-americana, incluindo Ucrânia, China, Oriente Médio, política comercial e relações com Brasil e América Latina.

Reflexos para o Brasil e a América Latina

4.1 A situação do Brasil em setembro de 2026

As relações entre Brasil e Estados Unidos em 2026 estão marcadas por tensão crescente no plano comercial e por uma interseção inédita entre disputas tarifárias norte-americanas e o calendário eleitoral brasileiro. Em julho de 2026, a administração Trump impôs tarifas de 25% sobre ampla gama de produtos brasileiros, citando práticas de comércio digital, serviços financeiros e corrupção. Uma investigação adicional sobre trabalho forçado pode acrescentar 12,5% (WASHINGTON BRAZIL OFFICE, 2026).

Segundo Latinoamérica21 (2026), os EUA levaram a cabo investigação de um ano sob a Seção 301 da Trade Act de 1974. O FMI classifica o Brasil como a segunda maior economia do Hemisfério Ocidental e a décima do mundo, com os EUA sendo a maior fonte de investimento direto estrangeiro no país, com estimativas entre 22% e 34% do estoque total de IED (DIARIOLASAMERICAS, 2026). A magnitude da relação econômica bilateral torna as consequências das políticas comerciais norte-americanas diretamente relevantes para a economia brasileira.

O GIS Reports (2026) observa que a fricção comercial acelerou a aproximação já em curso entre Beijing e Brasília, desde 2009 a China é o maior parceiro comercial do Brasil, e que ambos os presidentes (Lula e Trump) enfrentam pressões eleitorais em 2026, o que cria incentivos mútuos para evitar escalada catastrófica, embora não elimine o risco de novos choques tarifários.

4.2 Comércio e tarifas

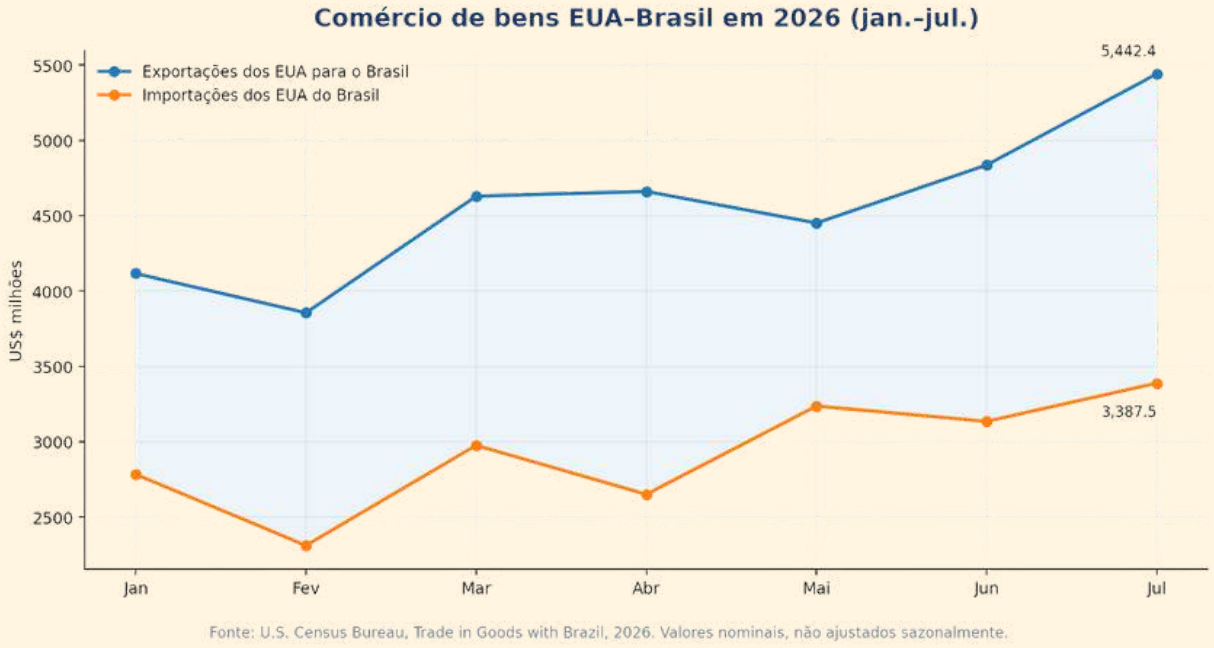
O impacto das tarifas norte-americanas sobre o Brasil depende, em grande medida, do cenário de composição do Congresso pós-midterms. Uma Câmara democrata tenderia a pressionar por revisão das tarifas sobre aliados e parceiros comerciais tradicionais, potencialmente abrindo espaço para negociação. Um Congresso republicano unificado tenderia a endossar ou ampliar a agenda tarifária do Executivo.

O arcabouço legal das tarifas norte-americanas passou por uma rápida reconfiguração em 2026. Inicialmente, o governo dos Estados Unidos utilizava a IEEPA (International Emergency Economic Powers Act), uma lei de 1977 que concede ao presidente poderes para adotar medidas econômicas em situações consideradas emergências internacionais. Embora a lei não tenha sido criada especificamente para a aplicação de tarifas, ela foi utilizada como base para determinadas medidas tarifárias. Em fevereiro, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que a IEEPA não conferia ao presidente autoridade para impor essas tarifas.

Diante disso, o governo recorreu à Seção 122 do Trade Act de 1974, que permite a aplicação temporária de sobretaxas sobre importações em determinadas situações relacionadas ao balanço de pagamentos dos Estados Unidos.

Essa medida também foi posteriormente contestada, e o Tribunal de Comércio Internacional (Court of International Trade) anulou a utilização da Seção 122 para essas tarifas em 7 de maio. Com o fim do período de vigência dessa medida, em 24 de julho, os Estados Unidos passaram a utilizar outros instrumentos legais, entre eles a Seção 301 do Trade Act, que permite ao governo norte-americano adotar medidas comerciais, incluindo tarifas, em resposta a práticas estrangeiras consideradas injustas ou prejudiciais aos interesses comerciais dos Estados Unidos. Assim, ao longo de 2026, a política tarifária norte-americana passou por uma sucessão de diferentes bases jurídicas, à medida que cada mecanismo era questionado ou perdia sua validade.

Essa sequência demonstra a centralidade do Congresso como árbitro de última instância sobre o comércio exterior e evidência que a composição do próximo Congresso determinará se haverá esforço legislativo para estabilizar, restringir ou ampliar as delegações de autoridade tarifária ao Executivo (CONGRESS.GOV, 2026; CRS, R48435, 2026).



Os dados do gráfico acima indicam que, ao longo dos primeiros sete meses de 2026, tanto as exportações dos Estados Unidos para o Brasil quanto às importações de produtos brasileiros pelos EUA apresentaram crescimento, mantendo uma relação comercial significativa entre os dois países. Apesar do aumento dos dois fluxos, as exportações norte-americanas permaneceram em patamar superior às importações brasileiras, mantendo um saldo comercial favorável aos Estados Unidos. Esse cenário evidencia a relevância do comércio bilateral e ajuda a compreender como mudanças na política tarifária podem afetar tanto as exportações quanto as importações entre os dois mercados.

4.3 Relação bilateral Brasil-EUA

Além das tarifas, a relação bilateral abrange investimentos, cooperação em defesa e segurança, energia e tecnologia. O cenário de maior convergência para o Brasil seria aquele em que uma mudança na composição do Congresso norte-americano cria incentivos para revisão da política tarifária e reabertura de diálogo diplomático. O cenário de maior risco é aquele em que o escalamento da fricção comercial coincide com o período eleitoral brasileiro, criando pressões cruzadas que dificultam a estabilização da relação.

Do ponto de vista dos instrumentos de política comercial disponíveis ao Brasil, o monitoramento das composições dos comitês legislativos norte-americanos relevantes, especialmente o Senate Finance Committee e o House Ways and Means Committee, é essencial para antecipar movimentos sobre tarifas, acordos bilaterais e legislação de controles de exportação que afetem exportadores brasileiros.

4.4 China e América Latina

O aumento da competição EUA-China coloca países latino-americanos com forte relação econômica com Beijing, especialmente Brasil, Chile, Peru e Argentina, em posição de difícil equilíbrio. A pressão norte-americana para que países da região reduzam a dependência de investimentos e tecnologia chineses cresce com o aprofundamento da rivalidade, independentemente do resultado das midterms.
No caso brasileiro, a China representa não apenas o maior parceiro comercial como também um investidor crescente em setores estratégicos (energia, telecomunicações e infraestrutura). Um Congresso norte-americano que amplie restrições à tecnologia chinesa e pressione por desacoplamento em cadeias de suprimentos cria dilemas concretos para países que não podem prescindir de nenhum dos dois parceiros (S&P GLOBAL, 2026).

4.5 Diplomacia e multilateralismo

As implicações multilaterais das midterms para o Brasil se manifestam principalmente em três âmbitos. Primeiro, nas instituições financeiras internacionais: qualquer mudança na política norte-americana em relação ao FMI, Banco Mundial e outras instituições afeta as condições de financiamento e as regras do jogo para economias emergentes. Segundo, na OMC: a postura norte-americana em relação ao sistema multilateral de comércio, seja de engajamento ou de bypass por acordos bilaterais, têm implicações diretas para o modelo exportador brasileiro. Terceiro, nos acordos climáticos: a continuidade ou interrupção do engajamento norte-americano em mecanismos de financiamento climático afeta projetos e fluxos de recursos relevantes para o Brasil.

4.6 América Latina: heterogeneidade e riscos específicos

É fundamental evitar tratar a América Latina como bloco homogêneo. México está protegido pelo USMCA para produtos conformes, com carga tarifária efetiva de 8-10% (RIO TIMES ONLINE, 2026). A Argentina, sob Milei, tem alinhamento ideológico próximo ao governo Trump, o que reduz riscos tarifários diretos mas não elimina exposição à volatilidade macroeconômica global. Venezuela permanece alvo de pressão norte-americana, com operações militares norte-americanas no Caribe documentadas em 2025-2026. A América Central está mais exposta à política migratória norte-americana do que às tarifas comerciais. O Brasil, como demonstrado, enfrenta o perfil de risco mais complexo: relevância econômica bilateral + fricção tarifária + eleições domésticas simultâneas às midterms.

Análise de Impacto:

O Que as Midterms de 2026 Podem Significar para o Brasil?

Cenário político nos EUA	Política comercial	Relação EUA–China	Diplomacia	Possíveis efeitos para o Brasil	Grau de evidência
A: Republicanos mantêm Câmara e Senado	Continuidade ou ampliação das tarifas; menor pressão congressual por revisão	Aprofundamento dos controles tecnológicos e pressão por desacoplamento	Confirmações diplomáticas fluem; menor fiscalização congressual da política externa	Tarifas sobre produtos brasileiros com menor perspectiva de revisão legislativa;	Evidência moderada
B: Democratas conquistam a Câmara	Pressão congressual por revisão de tarifas sobre aliados; maior escrutínio	Continuidade de controles tecnológicos; democratas enfatizam multilateralism	Câmara democrata ativa investigações; embaraça iniciativas	Maior possibilidade de revisão das tarifas sobre o Brasil via pressão	Hipótese plausível
C: Democratas conquistam o Senado	Câmara republicana mantém agenda tarifária; Senado democrata	Senado impõe condicionantes a acordos com países que comercializam com China	Bloqueio de confirmações diplomáticas; postos estratégicos ficam vagos	Incerteza elevada; embaixadores-chave podem não ser confirmados; acordos	Hipótese plausível, embora matematicamente improvável dado o mapa
D: Democratas conquistam Câmara e Senado	Pressão intensa por revisão da agenda tarifária; possível legislação limitando	Multilateralismo reforçado; menor agressividade tarifária direta contra parceiros	Ambiente de maior cooperação multilateral; mais escrutínio sobre ação militar	Cenário mais favorável à revisão das tarifas sobre o Brasil e à estabilização diplomática bilateral;	Altamente incerto, exige condições eleitorais não confirmadas

Fontes: Washington Brazil Office (2026); GIS Reports (2026); Congress Countdown (2026); Ballotpedia (2026); S&P Global (2026). Consulta: setembro de 2026. As classificações de grau de evidência refletem a robustez das fontes disponíveis e o grau de dependência de variáveis ainda indeterminadas, não julgamentos políticos.

Conclusão



01 Até que ponto o Congresso consegue limitar ou ampliar a política externa presidencial?

A resposta é: de forma significativa, mas desigualmente distribuída entre as áreas. O Congresso possui ferramentas robustas para condicionar, restringir e redirecionar a política externa, orçamento, confirmações, legislação de sanções e comércio. Porém, o Executivo retém autonomia considerável em ação militar de curto prazo, executive agreements e iniciativas diplomáticas diretas. A composição do próximo Congresso determinará qual dessas alavancas será ativada e em que direção.



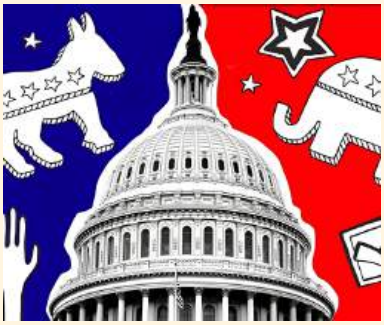
02 Quais áreas da agenda internacional de Trump são mais dependentes do Congresso?

Ajuda externa à Ucrânia, sanções à **Rússia e ao Irã**, tarifas (especialmente após a decisão da Suprema Corte de 2026), confirmações de postos diplomáticos e tratados formais são as áreas de maior dependência legislativa. São exatamente as áreas em que o resultado das midterms terá efeito mais imediato.



03 Quais áreas permitem maior autonomia presidencial?

Ação militar de curto prazo, ***executive agreements,*** iniciativas diplomáticas diretas, declarações de emergência econômica (com limites judiciais) e acordos bilaterais não-tratados são as áreas de maior autonomia presidencial. O governo Trump demonstrou disposição para usar esses instrumentos extensivamente.



04 Por que as midterms de 2026 possuem relevância internacional?

Porque a composição do Congresso norte-americano determina quem controla os comitês de relações exteriores, defesa e orçamento, e, portanto, quem define as condições de aprovação de recursos, sanções, acordos e nomeações que moldam a política externa norte-americana. Em um momento de elevada tensão geopolítica (Ucrânia, China, Oriente Médio), essa composição tem implicações que ultrapassam amplamente as fronteiras norte-americanas.



04 Quais são os principais canais pelos quais o resultado das eleições pode afetar Brasil e América Latina?

(a) a política comercial e tarifária, que afeta diretamente as exportações brasileiras e o acesso ao mercado norte-americano;

(b) a dinâmica EUA-China, que pressiona o Brasil a posicionar-se em uma disputa de que não pode abrir mão de nenhum dos lados;

(c) a agenda diplomática e multilateral, que define as regras do jogo em comércio, clima e finanças internacionais. As midterms não resolverão essas tensões estruturais, mas definirão o equilíbrio institucional a partir do qual o governo norte-americano as enfrentará nos dois anos seguintes.

Agradecemos sua leitura.

Contato

Núcleo de Estudos e Negócios Americanos
@nenam_espm
nenam@espm.br

Referências

ANALYTICS INSECURITY. U.S. Foreign Policy in Context of Midterm Elections: Implications for Ukraine. [S. l.], 2026. Disponível em: https://analytics.intsecurity.org/en/us-midterm-elections-ukraine-en/. Acesso em: set. 2026.

ARAB CENTER DC. The Foreign Policy Powers of Congress. Washington, D.C., 2021. Disponível em: https://arabcenterdc.org/resource/the-foreign-policy-powers-of-congress/. Acesso em: set. 2026.

ATLANTIC COUNCIL. Latin America and the Caribbean in 2026: Ten Defining Questions for the Year Ahead. Washington, D.C., 2025. Disponível em: https://www.atlanticcouncil.org/commentary/spotlight/latin-america-and-the-caribbean-in-2026-ten-defining-questions-for-the-year-ahead/. Acesso em: set. 2026.

ATLANTIC COUNCIL. The Most Significant Question for Trump's America in 2026: What Sticks? Washington, D.C., 2026. Disponível em: https://www.atlanticcouncil.org/content-series/inflection-points/the-most-significant-question-for-trumps-america-in-2026-what-sticks/. Acesso em: set. 2026.

BALLOTPEDIA. United States Congress elections, 2026. [S. l.], 2026. Disponível em: https://ballotpedia.org/United_States_Congress_elections,_2026. Acesso em: set. 2026.

BALLOTPEDIA. United States Senate elections, 2026. [S. l.], 2026. Disponível em: https://ballotpedia.org/United_States_Senate_elections,_2026. Acesso em: set. 2026.

BLOOMBERG GOVERNMENT. Balance of Power in the U.S. House and Senate. Washington, D.C., 2026. Disponível em: https://about.bgov.com/insights/congress/balance-of-power-in-the-u-s-house-and-senate/. Acesso em: set. 2026.

CFR EDUCATION. What Roles Do Congress and the President Play in U.S. Foreign Policy? Council on Foreign Relations, 2023. Disponível em: https://education.cfr.org/learn/reading/what-roles-do-congress-and-president-play-us-foreign-policy. Acesso em: set. 2026.

CONGRESS COUNTDOWN. Party Breakdown of Congress: Senate 53–47, House 218–214. [S. l.], 2026. Disponível em: https://www.congresscountdown.com/info/party-breakdown. Acesso em: set. 2026.

CONGRESS COUNTDOWN. Who Controls Congress? 2026 Midterm Balance of Power. [S. l.], 2026. Disponível em: https://www.congresscountdown.com/elections/2026. Acesso em: set. 2026.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. Congressional and Executive Authority Over Foreign Trade Agreements. R47679. Washington, D.C.: Library of Congress, 2025. Disponível em: https://www.congress.gov/crs-product/R47679. Acesso em: set. 2026.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. Congressional and Presidential Authority to Impose Import Tariffs. R48435. Washington, D.C.: Library of Congress, 2026. Disponível em: https://www.congress.gov/crs-product/R48435. Acesso em: set. 2026.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. In Focus Report IF13134. Washington, D.C.: Library of Congress, 2026. Disponível em: https://www.congress.gov/crs_external_products/IF/PDF/IF13134/IF13134.1.pdf. Acesso em: set. 2026.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. Report R47603. Washington, D.C.: Library of Congress, 2026. Disponível em: https://www.congress.gov/crs_external_products/R/PDF/R47603/R47603.2.pdf. Acesso em: set. 2026.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Trump's 2026 State of the Union: Foreign Policy Issue Guide. New York, 2026. Disponível em: https://www.cfr.org/articles/trumps-2026-state-of-the-union-foreign-policy-issue-guide. Acesso em: set. 2026.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. U.S. Foreign Policy Powers: Congress and the President. New York, 2017. Disponível em: https://www.cfr.org/backgrounders/us-foreign-policy-powers-congress-and-president. Acesso em: set. 2026.

DIÁRIO LAS AMÉRICAS. The Strategic Implications of U.S. Tariffs on Brazil. Latinoamérica21, set. 2026. Disponível em: https://www.diariolasamericas.com/eeuu/the-strategic-implications-of-us-tariffs-on-brazil-n5401712. Acesso em: set. 2026.

FIU JACK D. GORDON INSTITUTE FOR PUBLIC POLICY. Latin America Outlook 2026. Florida International University, 2025. Disponível em: https://gordoninstitute.fiu.edu/news-events/the-policy-spotlight/2025/latin-america-outlook-2026.html. Acesso em: set. 2026.

Referências

FOREIGN POLICY. Trump's Biggest Challenges in 2026, From Russia-Ukraine to Midterms. Washington, D.C., 16 jan. 2026. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2026/01/16/trump-second-year-challenges-russia-ukraine-midterms-middle-east-tariffs-world-cup/. Acesso em: set. 2026.

GIS REPORTS. Coercive U.S. trade policy and Brazil's pivot. Liechtenstein, abr. 2026. Disponível em: https://www.gisreportsonline.com/r/brazil-us-ties/. Acesso em: set. 2026.

PEW RESEARCH CENTER. Do Americans think Trump can make good decisions about various foreign policy issues? Washington, D.C., 7 abr. 2026. Disponível em: https://www.pewresearch.org/global/2026/04/07/do-americans-think-trump-can-make-good-decisions-about-various-foreign-policy-issues/. Acesso em: set. 2026.

R STREET INSTITUTE. A Balance of Powers: How Congress and the President Shape Foreign Policy. Washington, D.C., set. 2026. Disponível em: https://www.rstreet.org/research/a-balance-of-powers-how-congress-and-the-president-shape-foreign-policy/. Acesso em: set. 2026.

RIO TIMES ONLINE. Latin America Economy 2026, Growth Holds, Tariffs Bite, Where the Openings Are. Rio de Janeiro, set. 2026. Disponível em: https://www.riotimesonline.com/latin-america-economy-2026-guide/. Acesso em: set. 2026.

S&P GLOBAL MARKET INTELLIGENCE. Age of Agility: Key Themes Shaping Latin America in 2026. Jan. 2026. Disponível em: https://spglobal.com/market-intelligence/en/news-insights/research/2026/01/key-themes-shaping-latin-america-2026. Acesso em: set. 2026.

TIME. How Trump's Foreign Policy Gambits Are Reshaping the World. New York, jan. 2026. Disponível em: https://time.com/collections/davos-2026/7345543/trump-foreign-policy-second-term/. Acesso em: set. 2026.

UNITED STATES. Constitution of the United States. Article I, Section 8; Article II, Section 2. 1789. Annotations available at: Constitution Annotated. Disponível em: https://constitution.congress.gov/browse/essay/artII-S2-C1-1-12/ALDE_00013474/. Acesso em: set. 2026.

UNITED STATES. House of Representatives. Committee on Foreign Affairs. Committee Structure and Membership. Washington, D.C., 2025. Disponível em: https://foreignaffairs.house.gov. Acesso em: set. 2026.

WASHINGTON BRAZIL OFFICE. Trade Pressure and Political Intervention Converge in U.S.-Brazil Relations. Washington, D.C., set. 2026. Disponível em: https://www.braziloffice.org/en/articles/trade-pressure-and-political-intervention-converge-in-us-brazil-relations. Acesso em: set. 2026.

ESPM

NENAM

ESPM

MIDTERMS

2026

NENAM